

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléia Legislativa

04 NOV 2009

Protocolo 053/09

Processo 053/09



Reg. Lei Compl. nº 187/09

Recebido. Autue-se
e inclua em pauta.
Em 04/11/2009

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA



MENSAGEM Nº 192, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2009.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei Complementar que "Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 420, de 2008 que estabelece o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia".

Senhores Deputados, é destacável que tal propositura visa corrigir uma distorção histórica com relação aos Professores da Rede Estadual de Ensino. Ocorre que com o advento da Lei complementar 265/2001 os Professores tiveram acréscimo remuneratório de 33% (trinta e três por cento) sobre o vencimento básico.

Tal gratificação é hoje comum a todos os professores em exercício na Rede Estadual de Ensino. O presente pleito tem por ordem incorporar tal benefício ao vencimento básico dos servidores, duma forma que a carreira do magistério Estadual seja mais segura, uma vez que 33% (trinta e três por cento) da remuneração dos professores é hoje subsidiada sob forma de gratificação.

É de domínio público que gratificação não é objeto permanente, ou seja, pode ser alterada ou retirada a qualquer tempo. Neste sentido, estamos a propiciar uma melhor segurança jurídica aos Professores Estaduais, além do fato de promover certa melhoria salarial aos profissionais com especialização e docência nas classes de Aceleração, Ciclo básico de aprendizagem, docência na 1ª série e ensino especial.

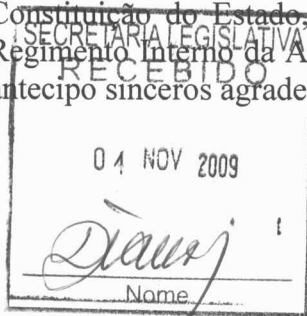
Também é de se destacar que a revogação de dispositivos está ancorada no fato do item a ser revogado ser incorporado ao vencimento básico dos Professores. É neste aspecto que se pode aferir que não existindo mais a gratificação, não de se falar nela no corpo da Lei.

Senhores Parlamentares, a intenção do Poder Executivo Estadual ao propor o presente Projeto de Lei é atender, de forma **sólida e justa**, aos Professores da Rede Estadual de Ensino, que tem sobre si a grande relevância social de oferecer serviços educacionais as nossas crianças, jovens e adultos matriculados nas Escolas Estaduais distribuídas nos 52 municípios do Estado. O texto busca em si proporcionar maior segurança jurídica ao a carreira profissional do magistério da Educação Básica.

O Projeto Lei apenso, a esta mensagem é capaz de atender com o melhor **possível** uma antiga demanda dos Professores do Estado de Rondônia. Diante aos dados e fatos, temos uma ação efetiva do poder executivo, que tem nisso a responsabilidade de conduzir, **com estabilidade**, o nosso Estado.

Senhores Deputados, na busca do aperfeiçoamento da Educação Escolar que nosso Estado tem prestado a população e, em perfeita harmonia com os preceitos da Carta da Republica, é que se encaminha o presente Projeto de Lei.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei Complementar, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.



IVO NARCISO CASSOL
Governador



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE 4 DE NOVEMBRO DE 2009.

Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 420, de 2008 que estabelece o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º O artigo 54, da Lei Complementar nº 420, de 9 de janeiro de 2008, que “Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia, e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54

§ 5º. São cumulativas as gratificações constantes do inciso II deste artigo:

- a) as constantes das alíneas “b”, “d” e “f”;
- b) as constantes das alíneas “c” e “f”;
- c) as constantes das alíneas “d”, “e” e “f”;
- d) as constantes das alíneas “d”, “f” e “i”;
- e) as constantes das alíneas “b”, “d”, “g”, “h” ou “c”, “g” e “h”; e
- f) as constantes das alíneas “b”, “d”, “f” e “i”.

Art. 2º. A parte do Anexo II, da Lei Complementar nº 420, de 2008, correspondente aos cargos de Professor Nível 1, Nível 2 e Nível 3 – 40 horas semanais; Professor Nível 1, Nível 2 e Nível – 20 horas semanais e Professor Nível 3 – 25 horas semanais, passa a vigorar nos termos do Anexo único desta Lei Complementar.

Art. 3º. Fica revogada alínea “a” do inciso II, o § 2º seus incisos e respectivas alíneas, todos do artigo 54, da Lei Complementar nº 420, de 2008.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.


Ivo Narciso Cassol
Governador



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

LIDO NA SESSÃO DO
Dia 10 / 11 / 2009
1º Secretário



Ofício nº 169/GG

Porto Velho, 10 de novembro de 2009.

A Sua Excelência, o Senhor

MIGUEL SENA

Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

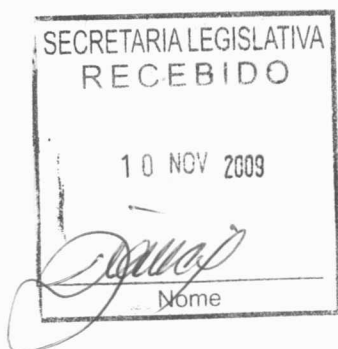
Nesta

Senhor Presidente,

Com atenciosos cumprimentos, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido de que seja substituída a Mensagem nº 192, de 4 de novembro de 2009, que "Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 420, de 2008 que estabelece o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia", pela aqui acostada.

Antecipando agradecimentos pelo pronto atendimento, subscrevo-me com estima e distinguida consideração.

IVO NARCISO CASSOL
Governador





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 192, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2009.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei Complementar que “Incorpora gratificação, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 420, de 9 de janeiro de 2008”.

Senhores Deputados, é destacável que tal propositura visa corrigir uma distorção histórica com relação aos Professores da Rede Estadual de Ensino. Ocorre que com o advento da Lei complementar 265/2001 os Professores tiveram acréscimo remuneratório de 33% (trinta e três por cento) sobre o vencimento básico.

Tal gratificação é hoje comum a todos os professores em exercício na Rede Estadual de Ensino. O presente pleito tem por ordem incorporar tal benefício ao vencimento básico dos servidores, duma forma que a carreira do magistério Estadual seja mais segura, uma vez que 33% (trinta e três por cento) da remuneração dos professores é hoje subsidiada sob forma de gratificação.

É de domínio público que gratificação não é objeto permanente, ou seja, pode ser alterada ou retirada a qualquer tempo. Neste sentido, estamos a propiciar uma melhor segurança jurídica aos Professores Estaduais, além do fato de promover certa melhoria salarial aos profissionais com especialização e docência nas classes de Aceleração, Ciclo básico de aprendizagem, docência na 1ª série e ensino especial.

Também é de se destacar que a revogação de dispositivos está ancorada no fato do item a ser revogado ser incorporado ao vencimento básico dos Professores. É neste aspecto que se pode aferir que não existindo mais a gratificação, não de se falar nela no corpo da Lei.

Senhores Parlamentares, a intenção do Poder Executivo Estadual ao propor o presente Projeto de Lei é atender, de forma **sólida e justa**, aos Professores da Rede Estadual de Ensino, que tem sobre si a grande relevância social de oferecer serviços educacionais as nossas crianças, jovens e adultos matriculados nas Escolas Estaduais distribuídas nos 52 municípios do Estado. O texto busca em si proporcionar maior segurança jurídica ao a carreira profissional do magistério da Educação Básica.

O Projeto Lei apenso, a esta mensagem é capaz de atender com o melhor **possível** uma antiga demanda dos Professores do Estado de Rondônia. Diante aos dados e fatos, temos uma ação efetiva do poder executivo, que tem nisso a responsabilidade de conduzir, **com estabilidade**, o nosso Estado.

Senhores Deputados, na busca do aperfeiçoamento da Educação Escolar que nosso Estado tem prestado a população e, em perfeita harmonia com os preceitos da Carta da Republica, é que se encaminha o presente Projeto de Lei.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei Complementar, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASSOL
Governador



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE 4 DE NOVEMBRO DE 2009.

Incorpora gratificação, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 420, de 9 de janeiro de 2008.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica extinta por incorporação, a gratificação prevista na alínea “a” do inciso II do artigo 54, da Lei Complementar nº 420, de 9 de janeiro de 2008, que “Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

Art. 2º O artigo 54, da Lei Complementar nº 420, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54

§ 5º. São cumulativas as gratificações constantes do inciso II deste artigo:

- a) as constantes das alíneas “b”, “d” e “f”;
- b) as constantes das alíneas “c” e “f”;
- c) as constantes das alíneas “d”, “e” e “f”;
- d) as constantes das alíneas “d”, “f” e “i”;
- e) as constantes das alíneas “b”, “d”, “g”, “h” ou “c”, “g” e “h”; e
- f) as constantes das alíneas “b”, “d”, “f” e “i”.

Art. 3º. Em virtude do disposto no artigo 1º desta Lei Complementar, a parte do Anexo II, da Lei Complementar nº 420, de 2008, correspondente aos cargos de Professor Nível 1, Nível 2 e Nível 3 – 40 horas semanais; Professor Nível 1, Nível 2 e Nível 3 – 20 horas semanais e Professor Nível 3 – 25 horas semanais, passa a vigorar nos termos do Anexo único desta Lei Complementar.

Art. 4º. Fica revogada alínea “a” do inciso II, o § 2º seus incisos e respectivas alíneas, todos do artigo 54, da Lei Complementar nº 420, de 2008.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.


Ivo Narciso Cassol
Governador



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

ANEXO ÚNICO

40 HORAS SEMANAIS

CARGO	REFERÊNCIA																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
PROF. NÍVEL 1	851,52	868,55	885,92	903,64	921,71	940,15	958,95	978,13	997,69	1.017,65	1.038,00	1.058,76	1.079,93	1.101,53	1.123,56	1.146,03	1.168,95	1.192,33
PROF. NÍVEL 2	1.123,78	1.146,26	1.169,18	1.192,56	1.216,42	1.240,74	1.265,56	1.290,87	1.316,69	1.343,02	1.369,88	1.397,28	1.425,22	1.453,73	1.482,80	1.512,46	1.542,71	1.573,56
PROF. NÍVEL 3	1.433,25	1.461,92	1.491,15	1.520,98	1.551,40	1.582,42	1.614,07	1.646,35	1.679,28	1.712,87	1.747,12	1.782,07	1.817,71	1.854,06	1.891,14	1.928,97	1.967,55	2.006,90

20 HORAS SEMANAIS

CARGO	REFERÊNCIA																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
PROF. NÍVEL 1	425,77	434,29	442,97	451,83	460,87	470,08	479,49	489,08	498,86	508,83	519,01	529,39	539,98	550,78	561,79	573,03	584,49	596,18
PROF. NÍVEL 2	561,89	573,13	584,59	596,28	608,21	620,37	632,78	645,43	658,34	671,51	684,94	698,64	712,61	726,86	741,40	756,23	771,35	786,78
PROF. NÍVEL 3	716,62	730,95	745,57	760,48	775,69	791,21	807,03	823,17	839,63	856,43	873,56	891,03	908,85	927,02	945,56	964,48	983,77	1.003,44

25 HORAS SEMANAIS

CARGO	REFERÊNCIA																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
PROF. NÍVEL 3	895,78	913,70	931,97	950,61	969,62	989,01	1.008,79	1.028,97	1.049,55	1.070,54	1.091,95	1.113,79	1.136,07	1.158,79	1.181,96	1.205,60	1.229,71	1.254,31


Ivo Narciso Cassol
Governador

